

# A pesquisa sobre criança e infância no Projeto UNESCO

The Research on Children and Early Childhood in the UNESCO Project

Ana Cristina Juvenal da Cruz<sup>1</sup>,

Anete Abramowicz<sup>2</sup>,

Tatiane Cosentino Rodrigues<sup>3</sup>

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos-SP, Brasil

## Resumo

Este artigo apresenta uma síntese parcial dos dados de uma pesquisa em curso que objetiva analisar as pesquisas que foram realizadas sobre criança e infância no âmbito do “Projeto UNESCO sobre relações raciais” (MAIO, 2004) em parceria com a *Revista Anhembi* de São Paulo entre 1950 e 1953. Integramos uma metodologia genealógica para recuperar as ideias que anteciparam o pensamento sobre relações raciais e infância a partir das pesquisas de Virgínia Leone Bicudo (1955) *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a côr dos seus colegas* e Aniela Meyer Ginsberg (1955) *Pesquisas sôbre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr*. Essas pesquisas evidenciam um protagonismo do pensamento racial sobre os modos de socialização das crianças, algo central nos estudos contemporâneos que pensam a agência da criança e as relações raciais. As pesquisas possuem um caráter precursor por empregarem de modo articulado categorias de análise como raça, gênero, nacionalidade, faixa etária e classe social. Nossa ênfase recai na constituição da

---

1 Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).  
*E-mail:* anacjacruz@gmail.com.

2 Professora Titular do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos na área de Didática e Currículo: sub-área Infância.  
*E-mail:* aneteabramo@gmail.com.

3 Professora Adjunta do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos. *E-mail:* tatiane.cosentino@gmail.com.

conjuntura histórica na qual as ciências sociais brasileiras se constituem como área de estudo e pesquisa onde as temáticas das crianças e de suas infâncias marcadas pelas variabilidades de experiências de gênero, raça, classe social, etc. Dessa forma, buscou-se conciliar uma sequência diacrônica na qual os trabalhos das autoras são inseridos com os temas das pesquisas contemporâneas sobre infância e relações étnico-raciais.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais, Infância, Projeto UNESCO.

## Abstract

The paper presents a partial summary of the details of an ongoing survey aimed to analyze the research on children and childhood at the UNESCO research program implemented in Brazil, known as “UNESCO Race relations Project” (MAIO, 2004), in partnership with Revista Anhembi, from São Paulo, Brazil, between 1950 and 1953. We integrate a genealogical methodology in order to recover the ideas that anticipated thinking about race relations and children from Virgínia Leone Bicudo’s (1955) “*Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas*” (“Attitudes of schoolchildren regarding the color of their schoolmates”) and Anieli Meyer Ginsberg’s (1955) “*Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor*” (“Research on the attitudes of a group of schoolchildren of São Paulo towards colored children”). The studies indicate a protagonism of racial thinking about children’s ways of socialization, a central theme to contemporary studies, the agency of the child and, in a specific way, the specificity of the agency in terms of race relations. These studies have a precursor character, as they investigate categories as race, gender, nationality, age and social class in an articulate way. Our emphasis is to constitute the historical context in which the Brazilian social sciences developed as a field of study and research in which the issues regarding children and their childhoods are marked by the variability of gender, race, and social class experiences. We seek to conciliate a diachronic sequence in which the authors’ investigations are inserted within the themes of contemporary research on childhood and race relations.

**Keywords:** Race relations, Childhood, UNESCO project.

## A pesquisa sobre relações raciais no Brasil e a UNESCO

Este artigo apresenta os dados preliminares de uma pesquisa<sup>4</sup> que analisa o “*Projeto UNESCO sobre relações raciais*” que foi realizado em parceria com a *Revista Anhembi* de São Paulo entre 1950 e 1953. Esse projeto integrou as pesquisas sobre criança e infância realizadas por Virgínia Leone Bicudo (1955), *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a côr dos seus colegas*, e Aniela Meyer Ginsberg (1955), *Pesquisas sôbre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr*. Este texto fundamenta-se em itens que pretendem delinear os aspectos conceituais e metodológicos a serem empregados a fim de colocar o projeto subvencionado pela UNESCO como objeto de análise.

A Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, UNESCO, propôs, desde a sua instituição, ações a fim de se consolidar como um fórum político no interior do Sistema das Nações Unidas com o objetivo de promover medidas normativas nas áreas da educação, da ciência e da cultura. A esfera de ação dos princípios da UNESCO e das demais agências especializadas das Nações Unidas pretendeu, desde a sua constituição, à proteção do Estado-nação como uma unidade política. Essa concepção do Estado-nação como uma entidade coesa é legatária de uma construção política moderna e ocidental que se aliou ao mote da busca pela “cultura da paz” (UNESCO, 2000; MAUREL, 2010). Especificamente esse princípio ancorou-se por meio de uma noção da convivência de relações sociais pautadas na tolerância e na compreensão entre as nações que garantiriam a soberania, o Estado de direito e a democracia, temas que se tornaram princípios gerais de um modelo de organização política internacional.

---

4 Pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida por Ana Cristina Juvenal da Cruz, sob supervisão da Profa. Dra. Anete Abramowicz, com financiamento do CNPq na modalidade de Pós-Doutorado Júnior - PDJ.

A constituição da UNESCO no contexto posterior a Segunda Guerra Mundial compunha uma tensão política em escala global que adquire novos contornos a partir da inserção dos países africanos e asiáticos após o final de seus processos de descolonização e do Movimento pelos Direitos Civis contra a segregação racial dos negros nos EUA, bem como o *apartheid* na África do Sul. Tal cenário culminou em uma reordenação das relações sociais que passaram a ser lidas como tensões raciais, que pode ser compreendida pela chave proposta por Silvério (1999) de que significou “um novo momento da racialização”. Essa configuração ocasionou a necessidade de um organismo regulador que atuasse de modo a impedir prováveis conflitos entre as nações:

As Nações Unidas nasceram com a vocação de se tornarem a Organização da sociedade política mundial, à qual deveriam pertencer, portanto necessariamente, todas as nações do globo empenhadas na defesa da dignidade humana (COMPARATO, 2010, p. 226).

Esse contexto direcionou as diretrizes da UNESCO a elaborar uma série de medidas para o equacionamento dos conflitos de cunho racial. Basicamente as ações da UNESCO destinaram-se a produção de pesquisas e documentos normativos com a finalidade de propiciar uma união intergovernamental entre os países membros de modo a alcançar uma “paz universal”. Isso se converteu no *slogan* “viver juntos”, axioma intensamente propagado pelas Nações Unidas. Especificamente esse princípio ancorou-se por meio da crença no convívio e na construção de relações sociais pautadas na tolerância e na compreensão entre as nações, ou seja, ações que pudessem assegurar a soberania, o Estado de direito e a democracia, temas que se tornaram preceito geral de um modelo de organização política internacional.

A UNESCO é considerada uma agência fundamental, pois opera com certa autonomia em relação à ONU, além de influenciar

alguns dos temas a serem pensados pelas outras agências e inseridos na regulação interna das nações. Entre suas funções está a de assegurar a cooperação no plano internacional, estimulando estudos alicerçados nas descobertas mais atualizadas da ciência a fim de dirimir conflitos e tensões<sup>5</sup> (UNESCO, 1958). Deste modo, a UNESCO incumbiu-se de um tema que ascendia como problemática a ser solucionada: a convivência entre nações com diferentes pertencimentos étnico-raciais. Ao tomar para si a questão racial, a UNESCO deflagrou um intenso processo de produção teórica sobre o tema por meio de pesquisas científicas e, em especial, medidas normativas que se configuraram em documentos que constituíram uma política antirracista na qual a educação teria papel fundamental (CRUZ, 2014).

Em 1950, no informativo *L'UNESCO et son programme: la question raciale*, a UNESCO<sup>6</sup>, que continha as ações dessa organização daquele ano publicado simultaneamente à *Declaração sobre raça* recém-aprovada, insere-se em uma das principais linhas de atuação da UNESCO, e se constituiu em uma incessante produção de conhecimento sobre o tema. No texto do informativo, expunha a proposta de uma pesquisa que seria realizada no Brasil, o qual era visto como nação que, a despeito de apresentar um histórico de participação de grupos racialmente diferentes, não manifestava, ao menos de modo explícito, conflitos de convivência social. A pesquisa teria o objetivo de proporcionar, no domínio teórico das ciências sociais, elementos sobre os processos condicionantes que poderiam auxiliar na construção de “[...] relações inter-raciais mais pacíficas e felizes” (UNESCO, 1950, p. 4).

A alternativa pelo Brasil deveu-se pela convicção na representação discursiva do país como lugar que havia conseguido

---

5 *L'unesco: ce qu'elle est, ce qu'elle fait: La maison de l'unesco*. O Correio da UNESCO, 1958, Ano XI, nº 11, pp. 37-38.

6 UNESCO, *La UNESCO et son programme: la question raciale*. 1950, 11p.

equalizar possíveis conflitos raciais. Para Roger Bastide, o país oferecia “[...] *au monde le modèle d’une démocratie raciale; mais, pour la comprendre, il faut en chercher les racines dans l’histoire du passé esclavagiste*” (BASTIDE, 1957, p. 525). A proposta<sup>7</sup> de realizar uma pesquisa com essa configuração desencadeou um “programa de difusão de fatos científicos destinados a fazer desaparecer o que se convencionou chamar de preconceito de raça” (COMAS, *apud*, PINTO, 1999<sup>8</sup>). O programa conhecido por “Projeto UNESCO sobre relações raciais”, realizado em parceria com a Revista Anhembi, de São Paulo, entre 1950 e 1953, congregou intelectuais estrangeiros e brasileiros a fim de realizar “um grande *survey* no Brasil a fim de estudar as tensões sociais e as mudanças de estrutura social [...]” (PINTO, 1998).

A UNESCO geriu o projeto por meio de Alfred Métraux então coordenador do Departamento de Relações Raciais da UNESCO. Por seu turno, a Revista Anhembi articulou uma rede de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A Revista Anhembi, idealizada e editada por Paulo Duarte, cujo direcionamento em “[...] patrocinar um inquérito em profundidade sobre o problema do negro em S. Paulo” (DUARTE, 1955, p. 7, *sic*) se delineava a partir da repercussão do artigo *Negros do Brasil*, por ele publicado no jornal O Estado de São Paulo em 1947<sup>9</sup>. No referido artigo, Paulo Duarte mapeou o que denominou de “problema do negro”, cujo vértice poderia ser identificado por meio dos índices de desenvolvimento desfavoráveis em diversas esferas do social

7 A proposta foi aprovada na 5ª AGNU de Florença em 1950 na sessão do ECOSOC que solicita que a UNESCO realize a pesquisa. A resolução da conferência indicou que o Diretor-Geral da UNESCO devesse “pesquisar e reunir os dados científicos concernentes às questões raciais; difundir amplamente os dados científicos assim reunidos e preparar uma campanha de educação baseada nestes dados” (O Correio da UNESCO, 1950, Ano III, Nº 8, p. 8).

8 COMAS, J. Prefácio. In: COMAS, J. *Raça e ciência*. Paris: UNESCO, s.d. citado em PINTO, R. P. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, Nov. 1999.

9 Cf.: DUARTE, P. *Negros do Brasil*. O Estado de São Paulo, 16-17 de abril de 1947.

que, naquele momento, implicavam na experiência social vivenciada pelos negros.

O Projeto UNESCO acabou por se constituir em um inventário de dados cujo objetivo foi o de avaliar e compreender “a realidade racial brasileira” (FERNANDES, 1955, p. 21). Instituiu um campo de estudos sobre as relações raciais no Brasil, de modo que a noção de que o Brasil serviria como “laboratório de civilização” difundiu-se no interior da UNESCO (MAIO, 1999). Os estudos subvencionados e dirigidos pela UNESCO inseriram-se na agenda do projeto *Tensions Affeting International Understanting*<sup>10</sup>, lançado em 1949. Os conhecimentos produzidos nos anos 1950 sob os auspícios da UNESCO serão marcados pela transição do campo das ciências naturais para as ciências sociais cujo reflexo foi a mudança do léxico do corpo humano para o da cultura. Para Maio (1999), o legado do Projeto UNESCO foi o de promover uma sociologia a partir de um campo específico, a sociologia das relações raciais.

São, portanto, as circunstâncias sob as quais se realiza o Projeto UNESCO que nos colocam questões específicas sobre as pesquisas realizadas.

Florestan Fernandes e Roger Bastide, na exposição da etapa paulista do Projeto UNESCO, no texto denominado *O preconceito racial em São Paulo (projeto de estudo)* (BASTIDE; FERNANDES, [1955] 2008), descreveram os trajetos a serem percorridos e apontaram o objetivo da pesquisa em descortinar a “[...] natureza e a função do preconceito racial” (*Op. cit.*, p. 267). Nesse texto de caráter metodológico, os autores expuseram o perfil do projeto de ser “[...] informativo, descritivo e interpretativo” e ainda “[...]”

---

<sup>10</sup> Este nome foi dado a um fórum realizado em 1948, no âmbito do projeto “*Tensions That Cause War*” do qual participaram, entre outros, Gilberto Freyre, Max Horkheimer, George Gurvitch, Gordon Allport. Nos debates realizados neste fórum a América Latina é interpretada como local fecundo de pesquisa social. Gilberto Freyre destacou no evento a importância da América Latina na qualidade de uma região que poderia oferecer alternativas em matéria de relações sociais (MAIO, 1997, p. 41).

servir-se de seus resultados na reeducação social dos adultos e em sua política básica de aproximação das raças” (*Op. cit.*, p. 267).

As problemáticas advindas da necessidade de se analisar o preconceito baseado na cor da pele como objeto de pesquisa uma vez que sua “[...] natureza e função estão longe de ser bem conhecidos pela Sociologia” (BASTIDE; FERNANDES, 2008) foram impactantes no desenvolvimento do projeto. Os autores recomendaram que as pesquisas em outros contextos devessem ser utilizadas tão somente de modo comparativo, e que o objetivo de uma investigação direcionada por uma instituição supranacional sobrepor-se-ia ao desenvolvimento e às etapas de realização da pesquisa (BASTIDE; FERNANDES, 2008).

A fim de identificar o preconceito racial incorporar-se-ia “[...] tanto a análise da educação na escola, quanto *em casa* (*Op. cit.*, p. 287)<sup>11</sup>, nos grupos de folguedo, nos grupos de trabalho e nas demais situações de convivência humana” que auxiliariam a identificar “[...] a função psíquica delas” (*Op. cit.*, p. 287). Na divulgação dos dados da pesquisa realizada em São Paulo, Bastide, na introdução do livro *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (1955), ao delinear a estrutura do projeto em sua etapa paulista, indica que os resultados foram obtidos por meio de temas investigados por comissões específicas<sup>12</sup> compostas por líderes do “meio negro”, estudantes e pesquisadores do Projeto UNESCO. Fernandes e Bastide indicam a existência de uma “comissão especial de alguns intelectuais de côr” que auxiliaram na pesquisa a Comissão para o estudo das relações raciais em São

---

11 Grifo no original.

12 Essas comissões advêm da proposta de Bastide de realizar a pesquisa “[...] estimulando uma atitude cooperativa entre estudantes brancos e associações negras” (MAIO, 1997, p. 116-117). A partir dessa proposta inovadora do ponto de vista metodológico pela técnica de “observação participante em situação grupal” criou-se a Comissão para o estudo das relações raciais em São Paulo, que se reunia por meio de Mesa Redonda e Seminário de Debates (CAMPOS, 2014, p. 12).

Paulo. Junto a esse grupo destaca-se uma “[...] comissão feminina encarregada de examinar os característicos do preconceito de côr relativamente à mulher e à criança, e que se reunia quinzenalmente no gabinete I da Cadeira de Sociologia” (BASTIDE, 2008, p. 12, *sic*), denominada de Comissão do Estudo da Mulher Negra em S. Paulo. Esta última composta pela Comissão das Senhoras de Cor (que teve a participação de Virginia Bicudo). No debate sobre as relações raciais entre as crianças, destaca-se a contribuição de Francisco Lucrécio, que auxiliou no estudo de caso *Relações entre crianças Brancas e Negras em Parques Infantis da Capital*<sup>13</sup>. Florestan faz referência à intervenção de Francisco Lucrécio, que “[...] fez uma comunicação especial, de muita importância, sôbre a situação dos imaturos de côr em face das manifestações do preconceito de côr” (BASTIDE; FERNANDES, 1955, p. 14, *sic*).

Um dos aspectos interessantes do projeto e que ainda aparece de forma incipiente nas alusões ao Projeto UNESCO é o da participação de mulheres e homens negros na condição de intelectuais e líderes de associações negras nas investigações empíricas. Uma análise preliminar dos resultados publicados permite identificar que alguns trabalhos figuraram como fontes secundárias como os trabalhos de interface psicológica e sociológica de Virgínia Leone Bicudo (1955) e Aniela Meyer Ginsberg (1955). Foi, portanto, na perspectiva de realizar uma “[...] investigação sociológica no Brasil cientificamente orientada” (DUARTE, 1955, p. 7) que as pesquisas de Virgínia Leone Bicudo e Aniela Meyer Ginsberg foram inseridas.

---

13 Está análise foi desenvolvida pela pesquisa “A ‘cultura infantil’ na perspectiva de Florestan Fernandes: contribuições para a sociologia da infância brasileira” (2014), desenvolvida por Elisabeth Christiane Teixeira na modalidade Iniciação Científica financiada pela FAPESP, orientada pela Profa. Dra. Andrea Braga Moruzzi, na Universidade Federal de São Carlos. Nessa pesquisa, a autora analisou um documento encontrado no Fundo Florestan Fernandes da Biblioteca Comunitária da UFSCar sobre os casos, intitulado *Situação das Crianças Negras nos Parques Infantis*. Ver: LUCRÉCIO, F.; MOREIRA, R. J. *Relações entre crianças brancas e negras em parques infantis da capital*. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), pp. 194-199.

Esses trabalhos definidos como “documentos” ou “protocolos de pesquisa” se constituíram em um conjunto de relatórios nos quais as temáticas especificamente encomendadas embasariam as demais pesquisas. Roger Bastide afirmou que as pesquisas das autoras constituíram-se em “trabalho psicológico, feito em grupos infantis” cuja função na pesquisa era a de “corroborar” o trabalho sociológico realizado em São Paulo (BASTIDE, 1955, p. 13).

### As pesquisas sobre criança e infância realizadas no Projeto UNESCO

Virgínia Leone Bicudo, a fim de analisar as experiências preconceituosas das quais fora vitimada em sua infância, formou-se bacharel em sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) em 1938<sup>14</sup>. No mestrado defendido em 1945 sob a orientação de Donald Pierson, intitulado *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, a autora analisou associações negras e o pensamento sobre as relações raciais em São Paulo entre 1941 e 1944<sup>15</sup>. Essa investigação resultou do projeto *Estudo da Consciência de Raça entre Pretos e Mestiços de São Paulo*<sup>16</sup>, no qual desenvolveu o argumento de que o “preto e o mulato” internalizavam uma determinada “[...] concepção do branco para eles, dada a influência dos contatos primários, principalmente da infância”<sup>17</sup> (BICUDO, 2010, *apud* SILVA, 2011, p. 411).

---

14 Em entrevista para o Jornal Folha de São Paulo, em 1994, a autora afirma “*Eu tinha conflitos muitos grandes comigo mesma, mas achava que a causa era social. Desde criança eu sentia preconceito de cor. Queria o curso de sociologia porque, se o problema era esse preconceito, eu deveria estudar sociologia para me proteger do preconceito, que é formado ao nível sociocultural!*” (*Já fui chamada de charlatã*, entrevista de Virgínia Bicudo a Claudio Julio Tognoli, 1994).

15 A trajetória de Virgínia Leone Bicudo está analisada na tese: GOMES, Janaína Damasceno. *Os segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo 1945-1955*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo, USP, 2013.

16 Cf.: BICUDO, V. L. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora de Sociologia e Política, 2010.

17 Grifo no original.

Por seu percurso como pesquisadora e docente na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), Virgínia Leone Bicudo pôde compor, como única mulher negra, o quadro de pesquisadores do Projeto UNESCO. De sua pesquisa, realizada no Projeto UNESCO, publicou o texto *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a côr dos seus colegas*<sup>18</sup>, cujo objetivo foi o de analisar “[...] os sentimentos e os mecanismos de defesa nas atitudes relacionadas com a côr dos colegas e a influência das relações intrafamiliares no desenvolvimento daquelas atitudes” (BICUDO, 1955, p. 227, *sic*). A pesquisa contou com um universo de 4.320 alunos de escolas da cidade de São Paulo. Esses alunos responderam a um questionário com a finalidade de coletar dados “[...] referentes aos sentimentos, aos estereótipos e às atitudes entre os brancos e os de côr” (BICUDO, 1955, p. 228 *sic*). Como segunda etapa da pesquisa, Bicudo selecionou 29 famílias dos alunos entrevistados, a fim de compreender de que maneira as crianças negras e brancas percebem o preconceito racial na escola, e ainda o que mobilizam para estabelecer critérios de “aproximação” e “afastamento” em suas relações sociais no interior do espaço escolar. Por fim, a autora retirou das entrevistas subsídios que possibilitaram identificar que “[...] a criança é influenciada pelas atitudes dos pais com respeito às pessoas de côr, porém, que ela as re-elabora, mantendo-as com maior ou menor tenacidade, segundo os afetos operantes nas relações com os pais” (BICUDO, 1955, p. 292 *sic*).

Esse tema, embora aparecesse ao longo de sua trajetória, vinculou-se de modo mais efetivo a partir da atividade profissional como educadora sanitária cuja função era a de cuidar da “*creança problema*”. Essa atuação derivou de sua formação no magistério

---

18 A primeira versão deste texto é publicada em 1953, posteriormente é publicado no livro organizado por Florestan Fernandes e Roger Bastide *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*, em 1955.

e a especialização em educação sanitária, o que possibilitou que posteriormente trabalhasse na Clínica de Orientação Infantil da Seção de Higiene Mental Escolar em São Paulo entre 1938 e 1960<sup>19</sup>. Nesse período, Bicudo atuava como educadora sanitária, motivada pelos “[...] problemas das crianças e as relações sociais” (BICUDO, 1946, p. 86 *apud* DAMASCENO, 2013, p. 61). Do trabalho na Clínica paulistana, Bicudo coletou 11 casos da pesquisa realizada entre 1941 e 1944<sup>20</sup>, que representavam “elementos das classes sociais que enviam crianças para os grupos escolares” (BICUDO, 2010, p. 65).

Em semelhante frente de trabalho, a pesquisa da psicóloga polonesa Aniela Meyer Ginsberg<sup>21</sup> intitulada *Pesquisas sôbre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr* (1955) procurou estudar “[...] a atitude das crianças de idade escolar para com os seus colegas brancos e de côr” a partir dos marcadores de idade, sexo, meio social, e a côr dos examinados (GINSBERG, 1955, p. 311, *sic*). Ginsberg descreve essas atitudes em distintos grupos de escolares compostos por “crianças pobres operárias e artesãs”, “crianças filhos de operários de nível econômico mais elevado” e, por fim, “crianças de uma escola particular [...] filhos de ricos” (GINSBERG, 1955, p. 315, *sic*).

Além da aplicação dos métodos de pesquisa com 208 alunos, a autora procedeu a entrevistas com crianças de oito casos identificados como excepcionais, a fim de estruturar os dados. Como opção metodológica, Ginsberg se inspirou nas técnicas de H. G. Trager, M. Radke e H. Davis, que desenvolveram procedimentos baseados em parte no “jôgo de bonecas”, em que as crianças

---

19 Nos bairros paulistanos de Bela Vista, Santana, Vila Mariana, Barra Funda e Mooca (BICUDO, 2010, p. 66).

20 “[...] Visitando os grupos escolares da Capital, tomávamos o endereço de escolares pretos e mulatos e nos dirigíamos aos pais, dizendo-lhes que desejávamos conhecer as condições do ambiente afetivo para orientá-los na educação dos filhos” (*Op. cit.* p. 65).

21 Aniela Meyer Ginsberg atuou como professora de psicologia social na ELSA entre 1937-1940.

devem escolher entre bonecas negras e brancas e “interpretação de quadros representativos” (GINSBERG, 1955, p. 313, *sic*).

O método das “interpretações dos quadros” inspirado no *show me test*, de Ruth Hartley Horowitz<sup>22</sup> (1939), consiste em um meio de obtenção dos dados adotado por Ginsberg diante de casos em que se observou certo constrangimento das crianças ao se recusarem a responder determinada questão. O método de Horowitz de apresentar figuras e brinquedos às crianças negras e brancas para apreender a autoclassificação racial das mesmas, bem como identificar os mecanismos de preferência raciais em suas relações sociais no interior do espaço escolar, foram utilizados por Ginsberg para obtenção dos dados. Igualmente sob inspiração norte-americana, Ginsberg aplicou as técnicas de Kenneth Bancroft Clark<sup>23</sup> e Mamie Phippis Clark<sup>24</sup>, que expandiram a pesquisa de Ruth Hartley Horowitz, empregando os “testes de escolha”<sup>25</sup>. Kenneth e Mamie Clark desenvolveram as técnicas com crianças entre três e sete anos de idade e destinaram perguntas às crianças sobre as bonecas e, posteriormente, pediram-lhes que colorissem

---

22 Ruth Hartley Horowitz é precursora no desenvolvimento e uso de técnicas para obtenção de dados acerca de classificação racial com bonecas, figuras e outros artefatos. É autora do texto *Racial aspects of self-identification in nursery school children* cujo objetivo foi o de identificar a percepção e identificação racial de crianças, com o uso de figuras, em meninos e meninas de 2 a 5 anos em uma creche norte-americana. Cf. Horowitz, R. E. (1939). Racial aspects of self-identification in nursery school children. *Journal of Psychology: Interdisciplinary and Applied*, 7, 91-99.

23 Kenneth Bancroft Clark alcançou reconhecimento internacional quando seu trabalho foi citado no caso a respeito da inconstitucionalidade da segregação racial nas escolas norte-americanas em 1954. Seu trabalho foi um catalisador do Movimento dos Direitos Civis dos negros afro-americanos nos anos 1960.

24 Mamie Phippis Clark publicou o mestrado *The Development of Consciousness of Self in Negro Pre-School Children* realizado no Howard University em 1938, onde identificou que a autopercepção das crianças sobre a “negritude” ocorria de forma muito latente na infância o que permitiu a projeção dos seus estudos com as bonecas. Cf. Karera, A. (2010). Profile of Mamie Phipps Clark. In A. Rutherford (Ed.), *Psychology's Feminist Voices Multimedia Internet Archive*. <http://www.feministvoices.com/bonnie-strickland/>.

25 A técnica consistia em colocar figuras para que as crianças escolhessem a partir da pergunta “Qual deles é você?”, onde o objetivo era identificar se as crianças reconheceriam nas figuras semelhanças consigo mesmas. Cf. Clark, K. B., & Clark, M. P. (1940). Skin color as a factor in racial identification of Negro preschool children. *Journal of Social Psychology*, 10, 159-169.

desenhos de meninos e de meninas com a cor da criança. Muitas crianças negras utilizaram lápis de cera da cor branca ou amarela. Clark e Clark concluíram a existência de um desvio na construção da identidade racial das crianças negras<sup>26</sup>.

A partir desse escopo teórico e metodológico, Ginsberg empreendeu a pesquisa e salientou a forte influência do “meio social”, expressão empregada para a definição da classe social nas atitudes “amigáveis” ou “menos favoráveis” das crianças de diferentes fenótipos, embora, em geral, demonstravam semelhantes respostas que atestavam “marcada preferência pelos brancos” (GINSBERG, 1955, p. 311). Apontou ainda que “todos os examinados sem diferença de idade, sexo, meio social ou côr mostram nos jogos marcada preferência pelos brancos” (*Op. cit.*, p. 338). Já as “crianças de côr”, embora conservassem “o ideal branco”, não deram aos negros “papel inferior”. A autora utilizou para a classificação racial a “cor” da pele, “brancos, pretos e mulatos”, em relação ao sexo utilizou a categoria ou indicador masculino e feminino e os “grupo de idade” crianças de 07 a 14 anos (*Op. cit.*, p. 316).

Ambos os textos de Bicudo e Ginsberg sobressaem-se por decorrerem de uma articulação entre teoria e método para pensar as relações raciais na infância em contexto escolar de modo pioneiro a partir de categorias como idade, meio social, cor da pele, sexo e nacionalidade<sup>27</sup> em uma perspectiva sociológica.

---

26 Tal proposição foi muito criticada por Willian Cross Jr. (1991 *apud* ROCHA, 2005) um dos nomes mais destacados da *Black Psychology* e que desenvolveu um método de estágios de desenvolvimento para a identidade negra no contexto afro-americano. Cross Jr. é adepto da perspectiva de que a personalidade se desenvolve posteriormente à infância a partir de estágios mensuráveis. Para este autor, são as experiências de socialização que influem na construção da identidade, nesse sentido é que as sociabilidades desenvolvidas na infância e, em especial, nas unidades de educação para as crianças pequenas são fundamentais.

27 A autora utiliza “sexo”, utilizando a nomenclatura meninos e meninas, apenas na descrição das classes das escolas estudadas, na qual descreve classes “femininas”, “masculinas” e “mistas”. Em relação ao público, a autora utiliza como nomenclaturas “escolares”, “alunos”, “colegas”. Para diferenciar a nacionalidade, a autora utiliza termos como “brasileiros” e “estrangeiros”, além de descrições de nacionalidades específicas.

Bicudo empregou o termo “escolares” para se referir às crianças entre 9 e 15 anos e utilizou uma classificação racial fenotípica<sup>28</sup> para estabelecer os pertencimentos étnico-raciais. Aqui se percebe uma equivalência entre cor de pele e raça na medida em que a expressão pessoa “de côr” é, naquele contexto, designada a pessoas negras e pardas ou “mestiças”<sup>29</sup>. Ou seja, cor de pele, que, sociologicamente, é um conceito indeterminado, pois a cor é biológica, foi correspondido e compreendido pelo conceito analítico raça. Em relação às diferenças entre meninos e meninas, ambas as autoras utilizam o termo “sexo” para fazer a diferenciação, ou seja, as categorias sexo e gênero são indiferenciadas. As impressões de Bicudo e Ginsberg articuladas a partir de uma ênfase teórica entre sociologia e psicologia social, demonstraram que havia a existência de um preconceito de cor independente do preconceito de classe, divergindo da análise corrente especialmente de Donald Pierson. No caso da pesquisa de Bicudo, a influência de Pierson se fez sentir mais nos pressupostos metodológicos de obtenção dos dados baseados no “método estatístico e nos estudos de caso”<sup>30</sup>, a partir da perspectiva inspirada na Escola de Chicago, com a ênfase mais na observação da sociabilidade urbana e na interdisciplinaridade.

A rigor, essas investigações, junto a outras<sup>31</sup>, são pioneiras por articularem interseções de categorias etárias, de gênero,

---

28 Afirma que os escolares escolheram os termos “preto, de côr e moreno” para a definição fenotípica no momento em que rejeitavam os escolares negros.

29 Bastide e Florestan definem: “a expressão ‘homem de cor’ (ou outras equivalentes) é geralmente empregada para designar negros e mestiços; porém, pessoas com ancestrais pretos conhecidos e portadores de alguns traços negróides salientes, frequentemente passam por ‘brancos’, e são tratados como tal” (BASTIDE; FERNANDES, 1979, p. 140).

30 Descritos como aplicação de questionários e entrevistas com os pais e professores a fim de mapear “[...] os sentimentos, aos estereótipos e às atitudes entre os brancos e os de côr” (BICUDO, 1955, p. 226, *sic*). Esses pais foram selecionados a partir de análise estatística e seleção entre os escolares e meninos e meninas mais rejeitados e os mais preferidos entre as atitudes de “aproximação e afastamento” dos colegas (BICUDO, 1955, p. 227).

31 Bicudo cita a pesquisa de Carolina Martuscelli *Aceitação de Grupos Nacionais ‘Raciais e Regionais* com estudantes universitários de São Paulo, em texto publicado em 1950 no *Boletim* CXIX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (BICUDO, 1955, p. 285).

étnicas e raciais na interação social entre diversos grupos etários a partir da agência das próprias crianças por meio das suas falas. As pesquisas de competência empírica realizadas por Bicudo e Ginsberg são precursoras por articularem sociologicamente conceitos da ainda incipiente psicanálise no Brasil nas atitudes das crianças utilizando o espaço escolar como *locus* abrangente, procurando compreender as atitudes delas como pertencentes a grupos escolares em relação ao preconceito racial no espaço escolar paulistano. A analítica das autoras inseridas em uma proposição sociológica fornece instrumentos para reposicionar o modo pelo qual se construiu metodologicamente a criança como um sujeito cuja textura procurava-se forjar com sexualidade, gênero, etnia e raça que atuava em espaços sociais cujas configurações a subjetivava.

## Considerações finais

Será com os estudos contemporâneos, especialmente a sociologia da infância, que a assertiva da criança como sujeito capaz de ser um ator social próprio, que possui agência e estabelece e produz um tipo específico de socialização, adquirirá *status* conceitual e analítico no pensamento social. É consenso no campo brasileiro que o trabalho de Florestan sobre as “trocinhas” do Bom Retiro é pioneiro por descrever os modos pelos quais as crianças estabeleciam um tipo peculiar de organização social em que suas particularidades culturais dinamizavam as relações sociais. No entanto, é a partir dos anos 1970 e, especialmente, nos anos 1980, que a pesquisa sobre a criança e sua infância irá se consolidar teórica e metodologicamente. Essa perspectiva, pela via francesa, virá com pressupostos que romperão com a análise da criança submetida a processos de socialização, pela via da escolarização, e procurará estabelecer uma analítica desescolarizante da sociologia da

educação, além de procurar entender a agência das crianças no processo de socialização (SIROTA, 2001, p. 11).

Isto foi acompanhado do expressivo volume acadêmico das pesquisas em âmbito transnacional. O surgimento de publicações específicas, como a revista *Sociological Studies of Children*, e de artigos e livros elaborados por uma seara de autores como Willian Corsaro, Allison James, Alan Prout, e Jens Qvortrup, Régine Sirota, entre outros, é elucidativo desse momento. Esses acontecimentos, integrados a outros, determinam a década de 1980 como um marco no pensamento sociológico sobre as crianças (MONTANDON, 2001). Tais perspectivas teóricas irão colocar as crianças como atores sociais plenos, que fazem parte da sociedade e do mundo, sendo parceiras na construção de suas infâncias e da sociedade que habitam e afetadas pelas mesmas forças que afetam os adultos, ainda que de modo particular (QVORTRUP, 1993, p. 7).

Pluralizar o conceito de infância faz parte de uma mudança teórica presente em diversas perspectivas, Delgado (2003) identifica que a infância, como construção histórica, requer conceituações e teorias que possuam uma estrutura metodológica afinada com o campo teórico. Jenks (1996) e Prout e James (1998) defenderam o conceito de infância como uma categoria plural – infâncias – igualmente construída e reconstruída para as e pelas crianças.

Essa distinção da infância como construção social deriva, para Sirota (2001), do trabalho pioneiro de Phillippe Ariès ao conceituar a construção daquilo que denominou de “[...] sentimento de infância”<sup>32</sup>. A partir dessa assertiva “retomada e discutida por

---

32 A pesquisa “*Representações de criança e infância nas obras de Gilberto Freyre*” (2014), de Flavia Francchini, orientada pela Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues e financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica na Universidade Federal de São Carlos, coloca em relevo a narrativa de Gilberto Freyre, apontando que este autor antecipa a análise de um modo específico de pensamento e relacionamento com a criança anterior aquele desenvolvido por Philippe Ariès que o denominou de “sentimento de infância” (ARIÈS, 1981). Desse modo, a autora se insere na esteira dos argumentos de que Freyre preconiza uma caracterização da história da infância especificamente acerca dos pertencimentos étnico-raciais e papéis sociais de gênero anterior ao século XVII.

um grande número de trabalhos, que contribuirão para o interesse pelo objeto, tanto entre os historiadores quanto no conjunto das ciências sociais” (SIROTA, 2001, p. 10).

No contexto brasileiro, no que tange às relações étnico-raciais na infância, as pesquisas temática sairão do interregno a que foram relegadas igualmente a partir dessas décadas. A maior parte das pesquisas sobre as crianças negras, salvo algumas exceções<sup>33</sup>, expuseram duas representações proeminentes: a criança escravizada do final do século XIX e, posteriormente, a criança abandonada e carente que ascende na pesquisa brasileira na década de 1980 junto às legislações específicas direcionadas para seu controle e institucionalização. As análises contemporâneas contribuem para o debate na medida em que rompem ou buscam romper com a dualidade estabelecida entre essas representações.

O interessante é observar o contexto que insere esta temática no Projeto UNESCO e o que essa análise pode nos oferecer em termos de questionamentos teóricos e epistemológicos. Dito de outra maneira, no momento em que as ciências sociais brasileiras se constituem como área de estudo e pesquisa, as temáticas das crianças e de suas infâncias (marcadas pelas variabilidades de experiências de gênero, raça, classe social, etc.) se consolidam junto à pesquisa sobre relações raciais. Nossa hipótese é de que a área da infância no Brasil, em sua genealogia, foi sendo construída concomitante ao debate sobre a temática racial. Ou seja, pelo debate empreendido a fim de mapear e compreender os modos pelos quais as relações sociais brasileiras eram atravessadas pela temática racial é que se insere de modo específico os aspectos a respeito da socialização das crianças.

Dirigimo-nos finalmente ao objetivo deste texto, apresentamos alguns pontos que possibilitam conciliar uma sequência

---

33 Ver: JOVINO, I. S. *Crianças negras em imagens do século XIX*. 2010. 131f. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

diacrônica na qual os trabalhos sobre criança e infância desenvolvidos no Projeto UNESCO são inseridos junto aos temas das pesquisas contemporâneas. Nossa proposta se delineia a fim de estabelecer uma cartografia que permita identificar essas pesquisas a partir do que podem contribuir para o refinamento conceitual e epistemológico, no que concerne às proposições contemporâneas, sobre os modos como as crianças estabelecem suas relações sociais. Por não se tratar de uma trajetória cronológica, pretendemos atribuir às pesquisas uma temporalidade que atua no presente, por isto trata-se de uma genealogia. Ou seja, inspirada em pressupostos genealógicos (MORUZZI, ABRAMOWICZ, 2010), pretende-se configurar uma atmosfera ainda pouco explorada e captar os elementos que compõem o pensamento sociológico sobre as crianças e suas infâncias. Em outras palavras, essas pesquisas podem ser alocadas em uma espécie de gênese histórica da pesquisa sociológica sobre relações étnico-raciais, as crianças e suas infâncias no contexto brasileiro.

Neste sentido, os trabalhos sobre criança e infância desenvolvidos no Projeto UNESCO são inseridos junto aos temas das pesquisas contemporâneas. Aqui não se trata, entretanto, de realizar uma leitura historiográfica anacrônica de tais pesquisas, mas de configurá-las em uma cartografia que permita identificá-las a partir do que podem contribuir para as pesquisas contemporâneas sobre os modos como as crianças estabelecem suas relações raciais e sociais. Buscamos conjuntamente verificar os elementos que constituem os saberes e práticas que marcam os modos de constituição das relações sociais, os processos de identificação e reconhecimento, os quais atravessam racialmente a micro e a macro política de uma dada formação social.

Isto é particularmente importante no que tange ao uso teórico das noções de raça e etnia. Ambos os termos são empregados aqui como categorias sociais de análise, isto é, de caráter contingente

e histórico. Tais termos não contêm qualquer acepção biológica, mas são significantes em decurso e em exterioridade inscrita nos corpos, cuja leitura pode ser feita apenas por olhos devidamente informados. Essa dimensão pode ser apreendida das pesquisas de caráter empírico de Bicudo e Ginsberg quando empregam métodos que permitem avaliar o modo como as crianças que participaram das pesquisas interpretaram e identificaram uma cor, um traço, um objeto, uma forma e qualificaram tais elementos em determinado contexto.

Essas pesquisas podem ser alocadas em uma espécie de gênese histórica da pesquisa sociológica sobre as crianças e suas infâncias no contexto brasileiro. Percebe-se, portanto, especialmente a partir do contexto de pesquisa brasileiro, que há uma lacuna nos estudos sobre a infância entre os anos 1940 e 1970. Tal inferência deriva de um projeto de pesquisa realizado entre 2010 e 2012 cujo objetivo foi o de estabelecer uma genealogia de maneira a compor o campo de pesquisa sobre a sociologia da infância no Brasil<sup>34</sup>. A finalização do projeto permitiu estabelecer que a pesquisa sobre a criança e a infância brasileira, girou em torno de temas informados por acontecimentos e contextos históricos que dirigiram a análise sobre esta temática. O método genealógico empregado permitiu identificar as atmosferas e fronteiras que influenciaram os objetos de estudo a respeito da criança e da infância no Brasil e, especialmente, identificou um lapso de investigação entre as décadas de 1940 a 1970.

Tendo em vista os pontos aqui delineados, isto nos tem permitido analisar as pesquisas sobre criança e infância realizadas no âmbito do Projeto UNESCO a partir de uma leitura que, além de

---

34 Projeto *Educação e Sociologia da Infância no Brasil: uma genealogia em construção*, financiado pela FAPESP, realizado entre 2010 e 2012 sob a coordenação da Professora Dra. Anete Abramowicz e realizado pelo Grupo de Pesquisa Estudos sobre a Criança a Infância e a Educação Infantil: políticas e práticas da diferença, da UFSCar.

dar indícios de um momento histórico específico da produção teórica brasileira, nos ofereça elementos para traçar um panorama amplo do pensamento social brasileiro sobre as crianças e suas infâncias. Optar por esse modelo requer tangenciar por um caminho pela história da construção das pesquisas sobre as crianças e infâncias brasileiras que, desde logo, integre uma análise das relações étnico-raciais. Isto permitirá construir inflexões teóricas imperiosas uma vez que historicamente as pesquisas brasileiras sobre as crianças e suas infâncias trabalharam com uma criança representada pela imagem de um aluno cujo pertencimento étnico-racial permanecia camuflado em uma determinada imagem de criança (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010).

Ao cotejar as pesquisas de Bicudo e Meyer, identificamos o pioneirismo que agregam por articularem, no início da década de 1950, categorias de análise como raça, gênero, nacionalidade, faixa etária e classe social. É possível, portanto, estabelecer outra temporalidade na medida em que é possível vincular as pesquisas desenvolvidas no Projeto UNESCO de relações raciais no interior da formação de uma investigação sociológica da infância brasileira. Delineia-se, portanto, como hipótese, que os trabalhos das autoras trazem em si uma gênese de pesquisa sociológica sobre infância na esteira da analítica preconizada por Florestan Fernandes e que, deste modo, o debate sobre criança e infância manteve fronteira com o debate das relações raciais no Brasil.

Pretende-se, com os resultados desta investigação, inspirar outras pesquisas, sobretudo pelo caráter de vanguarda que o Projeto UNESCO adquiriu, uma vez que empreendeu, não apenas institucionalmente, mas conceitual e teoricamente, as ciências sociais brasileiras. Pretende-se, portanto, retirar o lugar de invisibilidade a que essas pesquisas foram relegadas, uma vez que, ao serem identificadas como fontes “subsidiárias” ou de “apoio”, refletiram uma disputa tácita dos temas e projetos que se tornaram

de fato sociológicos. Ou seja, propomo-nos a colocá-las no centro da pesquisa sociológica sobre as crianças e suas infâncias no contexto brasileiro. Não obstante ao tratamento dado aos resultados das pesquisas sobre criança e infância no Projeto UNESCO, pretendemos estabelecer um movimento oposto ao que foi efetivado e colocar tais pesquisas em relevo.

Nosso foco é mais para a descontinuidade das pesquisas, em especial daquelas que foram relegadas ao ostracismo na medida em que isto nos informa, de modo indicativo, a maneira pela qual o campo científico foi se constituindo, em especial o campo das relações étnico-raciais. Procuramos estabelecer uma relação disruptiva com o tempo, utilizando uma noção de diáspora como um experimento conceitual que permite caracterizar modelos de periodização histórica articulando diferentes contextos históricos. Trazer as pesquisas de Bicudo e Meyer de modo sincrônico ao diálogo com o debate contemporâneo sobre as crianças e suas infâncias nos permite reposicionar laços de sentido entre os acontecimentos históricos acerca do tema.

É possível, no que se refere ao modo pelo qual o pensamento sociológico sobre as crianças e suas infâncias se constituiu, estabelecer outra temporalidade ao determinar um vínculo entre as pesquisas desenvolvidas no Projeto UNESCO sobre as relações raciais brasileiras no interior da formação do campo teórico de uma investigação sociológica sobre a infância brasileira.

## Referências

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção. **Educação, Santa Maria**, v. 35, n. 1, jan./abr. 2010, p. 39-52.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. O preconceito racial em São Paulo (projeto de estudo). In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branco e negro em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ª edição, São Paulo: Global, 2008, p. 265-292.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branco e negro em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ª edição, São Paulo: Global, 2008.

BASTIDE, R. Les relations raciales au Brésil. In: **Bulletin international des sciences sociales**: Les noirs aux États-Unis d'Amérique. Bulletin trimestriel, Ano IX, Nº4, 1957, p. 525-548.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações raciais entre branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. O preconceito racial em São Paulo; projeto de estudo. In: HIRANO, S. (Org.). **Pesquisa social**: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 135-166.

BICUDO, V. L. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações raciais entre branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955, p. 227-310.

BICUDO, V. L. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Edição organizada por MAIO, Marcos C. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

CAMPOS, A. J. M. **Interfaces entre sociologia e processo social**: A Integração do Negro na Sociedade de Classes e a pesquisa Unesco em São Paulo. 2014. 400 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas: Unicamp, 2014.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 7 ed., 2010.

CRUZ, A. C. J. **Antirracismo e educação**: uma análise das diretrizes normativas da UNESCO. 2014. 393 f. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2014.

DELGADO, A. C. C. **Infâncias e crianças**: O que nós adultos sabemos sobre elas? Palestra proferida no Rio Grande/RS, em novembro de 2003.

DUARTE, Paulo. (1947), "Negros do Brasil". **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16/04, p. 5-6.

DUARTE, P. Prefácio. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955, p. 7-9.

GINSBERG, A. M. Pesquisas sôbre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955, p. 311-361.

GOMES, J. D. **Os segredos de Virgínia**: estudo de atitudes raciais em São Paulo 1945-1955. 2013. 196 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo, USP, 2013.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. **Theorizing childhood**. Cambridge: Polity, 1998.

JENKS, C. **Childhood**. London: Routledge, 1996.

MAIO, M. C. Abrindo a “caixa preta”: o Projeto UNESCO de relações raciais. In: PEIXOTO, F. A. e SCHWARCZ, L. M. (Org.) **Antropologias, histórias, experiências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MAIO, M. C. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.14, nº 41, Outubro, 1999.

MAUREL, C. Le rêve d’un “gouvernement mondial: des années 1920 aux années 1950. L’exemple de l’Unesco”, **Histoire@Politique**. Politique, culture, société, Nº10, janvier-avril 2010.

MONTANDON, C. Sociologia da Infância: balanços dos trabalhos de língua inglesa. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 112, março de 2001, p. 33-60.

MORUZZI, A.; ABRAMOWICZ, A. Pressupostos teórico-metodológicos da genealogia: contribuições para um debate na educação. **Filosofia e Educação** nº 2, v. 2, 2010, p. 168-181.

PINTO, R. P. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 108, nov. 1999.

QVORTRUP, J. Nove teses sobre “infância como um fenômeno social”. **Eurosocial report**, nº 47, 1993, p. 11-18.

ROCHA, E. J. **Auto-declaração de cor e/ou raça entre alunos (as) paulistanos (as) do ensino fundamental e médio**: um estudo exploratório. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC, 2005.

SILVA, M. A. M. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 26, n<sup>o</sup> 2, 2011.

SILVÉRIO, V. R. Multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora (Dossiê: Pós-modernidade e multiculturalismo). **Revista USP**, São Paulo, v. 42, 1999.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n<sup>o</sup> 112, mar, 2001, p. 7-31.

UNESCO. **Bref historique sur le concept de la culture de la paix**. UNESCO: Paris 2000, 3 p.

---

Enviado em: 15/11/2014. Aprovado em: 21/12/2014

